

ENTRE A HISTÓRIA E A IDENTIDADE DOS AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES NA *TERRA BRASILIS*: DA ESCRAVIDÃO AO MOVIMENTO NEGRO*

Poliene Soares dos Santos Bicalho**, Maria Crisina Campos Ribeiro***

Resumo: o presente artigo tem como objetivo rediscutir o processo histórico de construção da identidade do negro no Brasil, desde a sua chegada como escravo, até a atualidade, passando diferentes momentos e perspectivas; bem como, observar e analisar as bases do racismo e como a academia/educação abordou tais questões. Nessa construção, ao longo de diferentes tempos e cenários, novos valores identitários foram construídos através do movimento de base que promoveu um olhar diferenciado, e a partir do qual o povo negro passou a se ver e a ser visto mediante seus anseios, angústias, culturas e identidades, consolidando, assim, o Movimento Negro e suas representações.

Palavras-chave: Identidade negra. Educação. Movimento negro.

BETWEEN HISTORY AND THE IDENTITY OF AFRICANS AND THEIR
DESCENDANTS ON EARTH BRASILIS: FROM SLAVERY TO THE BLACK
MOVEMENT

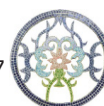
Abstract: *the present article aims to rediscover the historical process of constructing the black identity in Brazil, from the african arrive as slaves, until today, passing through different moments and perspectives and also to observe and analyze the foundations of racism and how academia / education has addressed such issues. In the process of construction of the black identity, throughout different times and scenarios, new identity values were built through the grassroots search movements that have promoted a different look, and from which the black people came to see and be seen through their yearnings, anxieties, cultures and identities, thus consolidating the Black Movement and its representations.*

Keywords: *Black Identity. Education. Black Movement.*

* Recebido em 16.07.2017. Aprovado em: 18.09.2017.

** Doutora em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER/UEG). E-mail: poliene.soares@gmail.com

*** Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). E-mail: cristinacampospiri@gmail.com



PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL: DA CHEGADA DOS ESCRAVOS AO MITO DO BRANQUEAMENTO

Os negros chegam ao Brasil no século XVI, na condição de escravos, para suprir as demandas de mão de obra nessa colônia de terras vastas, passando por um processo de povoamento e exploração por parte da metrópole, Portugal. De acordo com Santos (2009), milhões de escravos africanos desembarcaram no Brasil para atender à escravidão, o modo de produção vigente durante o período colonial. O desenvolvimento das relações econômicas estavam vinculadas ao trabalho escravo e este, por sua vez, era considerado mercadoria e, como tal, tanto era moeda de troca quanto força motriz.

O africano escravizado era objeto – máquina de trabalho e produto mercantil de grande valor – desprovido da condição humana e, como tal, tratado sem a menor preocupação com condições de saúde e sobrevivência, desde seu transporte da África até o seu uso intensivo na exploração colonial. O africano escravizado, dessa forma, possuía uma única função: servir de mão de obra para seus senhores e era obrigado a fazer tudo o que lhe era ordenado, havendo castigos terríveis para quem desobedecesse (PINTO; FERREIRA, 2014, p. 258).

Essa condição perdura por quase três séculos, a base escravista da sociedade colonial se mantém oficialmente até 1850, com a proibição do tráfico de negros africanos, embora somente em 1888 tenha ocorrido de fato a abolição da escravatura, com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, filha do Imperador Dom Pedro II, o que culminou em uma série de levantes e lutas abolicionistas. Contudo, aos escravos alforriados não foram dadas alternativas de reinserção social, em geral, foram lançados à própria sorte.

O Brasil foi o último país a abolir a escravatura, depois de Cuba (1866), Estados Unidos (1865), Equador, Colômbia e Venezuela (1821) e Haiti (1804). Com a abolição da escravatura e o advento do trabalho livre, ocorreram muitas mudanças sociais em que as relações de trabalho se transformaram e o escravo, ao se emancipar, transforma-se em negro livre e assalariado, passando a participar do mundo do trabalho como trabalhador livre, vendendo sua força de trabalho de acordo com os ditames da nova ordem competitiva que se instaurava. Isso em tese é o que a história oficial aponta. Esse grande contingente de pessoas se viu sem perspectivas de trabalho, de educação e de inclusão social, visto que a mão de obra europeia já estava presente (PINTO; FERREIRA, 2014, p. 258).

No âmbito das ideias, que, por vezes, impactam e, geralmente, determinam práticas cotidianas no tempo, Giarola (2010) aponta algumas teorias que afirmavam ser o europeu branco uma “raça”¹ superior ao negro. No século XVII, Francois Bernier² viajou pela África, Ásia e Europa e afirmou em seus relatos que a diferença entre a raça branca e negra estava no sêmen e no sangue, logo, seria transferida para seus descendentes. No século XVIII, Carlos Lineu³, criador da taxonomia⁴, classificou o ser humano e, certamente, utilizou o critério de raças⁵, pois relacionou o conceito de espécie a características subjetivas, o que acarretou em apreensões e visões relativas ao povo negro como impassível e preguiçoso. Durante o século XIX Charles Darwin elaborou a teoria sobre a evolução e a diversidade das espécies, que se estendeu para o darwinismo social, baseado na ideia de que algumas sociedades e culturas eram inferiores. Essa teoria influenciou Gobineau⁶, para ele, as qualidades das ações humanas são determinadas pela raça, e a miscigenação gera a degeneração.

Na Europa do século XIX a teoria da boa geração, ou eugenia⁷, teve à sua frente o médico inglês Francis Galton, que afirmava ser “a teoria evolucionista o pontapé que o inspirou a dedicar-se ao desenvolvimento de uma teoria social que tivesse como objetivo principal a evolução da raça” (2011, p. 39).

O fundamento teórico para explicação das diferenças raciais foi a Teoria Pangenética de transmissão dos caracteres, elaborada por Charles Darwin, que sustentou serem os caracteres adquiridos numa geração transmissíveis às gerações seguintes. Galton observou que filhos de



homens talentosos, advogados e médicos, geralmente seguiam a carreira de seus pais e utilizou de artifícios estatísticos para mostrar que estes transmitiam tais caracteres a seus filhos, igualmente inteligentes e bem-sucedidos, enquanto os pobres geralmente continuavam pobres. Mas Galton ignorou, em toda sua obra, as diferenças de condições materiais concretas para o indivíduo se desenvolver. Foi com este viés radical que ele propôs o termo eugenia para falar em melhoria das raças, enfatizando que quanto mais pura a raça mais forte e melhor ela será (GIOPPPO, 1996, p. 168).

No Brasil essas ideias tiveram grande repercussão, reforçando a exclusão de segmentos da sociedade e delineando concepções e discursos racistas que repercutem ainda hoje. A “evolução” da raça será o princípio norteador de pensadores brasileiros fundamentados em ideias europeias e de pensadores que vinham ao Brasil estudar a miscigenação. O Suíço Agassiz (2000), em expedição no Brasil entre 1866-65, registrou, em diversos momentos, observações sobre a relação entre as “raças” brasileiras e algumas de suas características, referindo-se a eles como “fisionomias desinteligentes (p. 66), “verdadeiras bestas de carga” (p. 82), “influência perniciosa” (p. 144).

O resultado de ininterruptas alianças entre pessoas de sangue misturado é uma classe de indivíduos em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando cruzados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado (AGASSIZ, 2000, p. 287).

A eugenia representava um problema bastante complexo para os intelectuais brasileiros, uma vez que a população nacional era, em sua maioria, mestiça. De acordo com os padrões da época, as raças mestiças eram muito inferiores e degeneradas.

Segundo o recenseamento de 1872, tínhamos setenta por cento de nossa população considerada mestiça, isto é, composta por negros, pardos e caboclos, logo, pensar a questão da eugenia nos moldes da perspectiva europeia não seria possível devido ao alto número de mestiços (SABÓIA, 2013, p. 4).

Neste contexto, evidencia-se a maneira preconceituosa como o negro era visto. Segundo Telles (2003), entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX, a sociedade brasileira foi muito influenciada por essas teorias racistas europeias que discutiam a origem do ser humano, sendo, as diferenças étnicas, indícios importantes para se detectar a inferioridade ou superioridade de uma população.

A intelectualidade brasileira encontrou, nestas bases teóricas, solo fértil para expor as teorias eugênicas, especialmente nas faculdades de Direito e Medicina. Foram inspirados pelos modelos do médico italiano Cesare Lombroso, que, através da antropometria⁸, realizava estudos de uma disciplina que ficou conhecida como antropologia criminal.

Em Recife, que tinha Silvio Romero, um evolucionista social, cuja obra foi marcada por contradições, muitas vezes defendendo o determinismo racial, mas ao mesmo tempo assumindo que nosso futuro era mestiço, mas com a ressalva de que “apenas” em termos culturais. Já em São Paulo tivemos alguns pensadores da escola de direito que estavam ligados diretamente à antropometria, isto é, com a ciência que analisa a potencialidade de uma raça a partir de estudos como o do diâmetro de crânios. É por meio da antropologia criminal que os intelectuais paulistas tentavam descobrir o “perfil craniano do crime”, o qual, segundo Lombroso, estaria ligado às raças inferiores (SABÓIA, 2013, p. 4).

Contudo, foi entre os médicos Nina Rodrigues e Renato Kehl que tais teorias foram abordadas com maior radicalismo. Raimundo Nina Rodrigues, professor de medicina legal, adepto das teorias de Lombroso e da teoria da degenerescência, ou seja, a mestiçagem vista como um mal, realizou um dos primeiros estudos sobre o negro no Brasil ainda no século XIX. Abordou



o africano e os afrodescendentes sob diferentes perspectivas: física, psíquica, cultural e social, reforçando a inferioridade negra e mestiça e sua degeneração, o que os predispunham ao crime (BUONICORE, 2005).

O doutor Kehl, entusiasta da eugenia, pregou veementemente a pureza da raça, tendo proposto a implantação de uma política de segregação racial, tal qual na África do Sul, o chamado, *Apartheid*. Além disso, presidiu e organizou diversos congressos para discutir a eugenia no Brasil.

Segundo Munanga (2004), esse tema centralizou as discussões da elite dominante em relação à formação da República. Se, por um lado, se definia a identidade nacional através do território e o idioma herdado dos colonizadores, por outro, faltava a identidade populacional, permeada de mestiços e com uma leva de ex-escravos que deveriam ser excluídos, baseado nos princípios de inferioridade racial.

Inicialmente, os estudiosos brasileiros viam a mistura de “raças” como algo ruim para a consolidação da nação. Segundo Naxara, tal postura era vista inclusive nos documentos do século XIX e início do século XX, onde se utilizava o termo nacional, para representar a população pobre, “em geral mestiça, pertencente ou egressa da escravidão” (NAXARA, 1991, p. 2). Tal visão foi substituída por outra, vinculada às novas necessidades políticas e econômicas de desenvolvimento. O negro, que outrora fora a base da sociedade escravocrata, passa a compor um contingente ligado ao atraso. A miscigenação no Brasil, por estar num processo avançado, precisa ser vista como positiva (SCHWARCZ, 1993). A solução encontrada, então, foi a de que a população brasileira, com o passar do tempo, embranqueceria.

...assim, a intenção dos dirigentes brasileiros, conforme essa ideologia, era promover um processo de transformação pela qual a sociedade pudesse vir a ser composta ao longo dos anos por uma maioria de brancos com ancestralidade europeia, favorecendo o distanciamento das matrizes africanas presentes na formação do povo brasileiro, servindo, portanto, para justificar a exclusão do negro na sociedade, pois a presença da população negra no país era percebida como um obstáculo a ser superado (PINTO; FERREIRA, 2014, p. 259).

A política do branqueamento se fortaleceu com a incorporação da mão de obra branca europeia, ao invés da dos descendentes de africanos, através dos processos de imigração. A preferência pelo trabalhador branco se amparava no pensamento, que vigorou na época, de que o negro não tinha preparo ou capacidade para exercer o mesmo trabalho que o branco. O viajante suíço Agassiz registra suas impressões a esse respeito, em 1865, ao observar a construção de estrada de ferro entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora:

Por direito, nenhum escravo pode ser empregado pela companhia; os trabalhadores são alemães ou portugueses. Assim o exige um regulamento geral que se aplica a todos os trabalhos públicos de certa importância. Os contratos aprovados pelo Governo proíbem expressamente o emprego de escravos. [...]Esse cuidado em excluir os escravos dos trabalhos públicos revela uma tendência para a emancipação. Inspira-se na ideia de limitar pouco a pouco o trabalho servil às ocupações agrícolas, afastando os escravos das grandes cidades e suas vizinhanças (AGASSIZ, 2000, p. 287).

Após a abolição, a elite forja o mito da democracia racial, através da ideia de mestiçagem e de igualdade de oportunidades para todos, inclusive para os afrodescendentes recém-libertos. Mas a realidade apontava para outro quadro, onde a discriminação e a exclusão social, quanto às melhores oportunidades, evidenciavam a desigualdade, marginalizando-os.

Esse mito foi reforçado e divulgado por vários autores brasileiros, como o sociólogo Gilberto Freyre (2006), que, em sua obra *Casa Grande e Senzala*, retrata o processo de miscigenação como um fator positivo para abrandar as distâncias sociais relacionadas ao escravismo. Para Munanga (2004), a aceitação do mestiço como parte da sociedade brasileira implicou na reconfiguração do povo brasileiro. Esses argumentos reforçam a visão do negro como marco fundador do povo brasileiro sem, contudo, afirmar sua cidadania. Tal ideia contribuiu para que o mesmo fosse aceito socialmente, mas não incluído. Prevalecia, portanto, uma relação hierárquica tal qual havia na sociedade escravocrata.



O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem, biológica e cultural, entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimularem as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de se conscientizarem acerca de suas características culturais, o que teria contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e convertidas em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. Pelo mito, o Brasil vê o problema da desigualdade como uma questão de renda e acesso à educação que a maioria da população não consegue ter e manter por falta de recursos. Porém, o problema está mascarado por uma sociedade que insiste em acreditar não haver racismo e discriminação no nosso país (PINTO; FERREIRA, 2014, p. 260).

A partir da década de 1930, o debate sobre o embranquecimento toma corpo, revelando um leque de cores, e desencadeando a valorização da mestiçagem. Conforme afirma Schwarcz (1996, p. 176), “o importante não é ficar só delatando o preconceito, o que em si já é relevante, mas tentar entender qual foi a química que aconteceu nos anos 30 que transformou esse cenário, de profundo pavor da mestiçagem, na mística da democracia racial”.

Nesse contexto de reposicionamento do negro, a questão da identidade e da autoidentificação também passam a ser questionadas. Tal forma de enxergar a si próprio relaciona-se à interação entre sujeitos e sociedades à qual pertencem. Esse sentimento de pertencimento tem na cultura o elemento agregador de indivíduos que vivem situações de extremada pobreza, angústia e marginalização.

Com o intuito de quantificar e categorizar a população brasileira, tem início, em 1872, o Censo Oficial Brasileiro, que insere a classificação de cor ou raça, empregada pelo IBGE, por mais de um século de história. Os vocábulos utilizados no primeiro censo para categorizar as raças parte de repertório amplamente utilizado na época: preto, branco e pardo. É possível notar a grande fluência desses vocábulos, por exemplo, em notícias de fuga de escravos, publicadas em anúncios e classificados de jornais da época. Nestas notas prevalecia, pois,

A necessidade de caracterizar bem o fugitivo para que pudesse ser identificado a partir do texto leva à elaboração de cores compostas, com outros termos de cor definindo nuanças, ou como outras categorias de termos étnico-raciais: pardo quase branco, preto retinto, cobre azeviche, preta de angola, crioulo bem preto (OSÓRIO, 2003, p. 18).

A noção dessa variação de cores/raças, categorizadas em decorrência da miscigenação, é utilizada até hoje pelo IBGE e permeia o senso comum, bem como o mito do embranquecimento da população brasileira. Esse é um dos aspectos reforçados pela democracia racial no início do século XX. Em relação à condição do negro nesse processo, Guimarães (2000) aponta que quanto mais um negro, ou um mestiço, ascende socialmente, mais sua cor é negada, passando a ser considerado branco.

No Brasil (a) a “cor” e a “aparência” são mais importantes do que a “raça”; (b) a noção de cor é ambígua, existindo um contínuo de cor; (c) a polaridade branco/negro organiza o gradiente de cor e de prestígio social; (d) o embranquecimento, que antes significava tão somente substituição da população negra pela branca ou, quando muito, miscigenação biológica, passa a significar ascensão social e aculturação dos negros e mulatos; (e) de que não existem, propriamente falando, grupos raciais ou comunidade negra (GUIMARÃES, 2000, p. 22).

A ideologia do branqueamento era reforçada pela elite brasileira em discursos que estimulavam a mestiçagem para tornar a população cada vez mais branca, tanto física, quanto culturalmente. O negro, uma vez “embranquecido”, passaria a ser também considerado parte da nação, seria aceito como brasileiro, logo, para tanto, teria que abrir mão da sua identidade, de suas diferenças. Muitos mestiços não se identificavam com os negros, sentindo-se mais próximo dos brancos.

O mestiço, dependendo da intensidade da pigmentação de sua pele, era classificado como quase branco, semi-branco, ou sub-branco e era tratado de forma diferenciada do negro retinto. No cruzamento do branco com o negro, necessariamente, contava-se com o “clareamento” progressivo



e permanente da pessoa, mas jamais se contava com a suposição de que a mestiçagem poderia gerar o “enegrecimento” da população (OLIVEIRA, 2008, p. 10).

Dessa forma, criou-se uma multiplicidade de olhares e formas de ver e identificar a cor, a raça e tudo o que isso implica. Osório, em seu estudo sobre “o sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE” (2003, p. 25), aponta para os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1976, que inseriu dois quesitos de cor: um espontâneo, onde o entrevistado podia responder livremente; e outro com quatro categorias predefinidas: branco, negro, amarelo e pardo. No primeiro quesito levantou-se 136 termos de identificação racial, contudo, 95% das respostas livres se enquadravam em apenas sete: branco, preto, pardo, amarelo, moreno, moreno claro e claro.

As categorias da classificação não são todas ambíguas. De fato, não há qualquer problema em identificar o branco, o preto e o amarelo, tampouco o indígena. A fonte de toda a ambiguidade está no pardo, e mais especificamente na fronteira entre o pardo e o branco. É verdade que parece haver uma recusa crescente ao termo preto, que também possui uma carga semântica negativa, em favor de negro, categoria que tem aumentado proporcionalmente nas declarações espontâneas. Schwarcz⁹ (1987) mostra como em fins do século XIX os termos negro e preto eram usados em contextos bem distintos: negro era aplicado aos insubmissos, capoeiras e quilombolas e àqueles que se recusavam à dominação branca e à adesão ao ideal de brancura imposto pela brasilidade; enquanto preto era reservado aos escravos e alforriados submissos, que se contentavam com a posição subalterna e se esforçavam para cruzar as portas do “mundo dos brancos” (OSÓRIO, 2003, p. 29-30).

Tal mestiço, posto entre dois mundos, não se identifica com nenhum, muito menos apreende uma cultura própria, uma vez que o branco tem matriz cultural europeia e o negro a africana (RIBEIRO, 2010). Este autor chama a atenção ainda para a miscigenação das diversas culturas, que, assim como o povo brasileiro, sofreu inúmeras alterações.

A partir da análise de Osório (2003), percebe-se uma divisão da sociedade brasileira, em que se nota a identidade branca como natural, e as outras são hierarquizadas, apreendidas com menor importância, contrapondo-se à primeira.

Em outras palavras, a discriminação contra os pardos é menor do que contra os pretos, mas a renda dos pardos se aproxima da dos pretos e não da dos brancos. Sendo assim, a principal segmentação racial se dá entre os brancos e não-brancos, mesmo que, geralmente, os pretos sofram mais discriminação que os pardos (TELLES, 2003, p. 231).

Figueiredo (2002) estabelece a diferença básica entre a forma como a cultura negra e a cultura branca são apreendidas pelo senso comum. Para a autora, culinária, religião, música e dança são exemplos de elementos que compõem a cultura negra, percebida por meio de caracteres específicos. Por outro lado, a cultura branca é notada através de caracteres mais amplos, como a política e a educação. Para a autora, os aspectos da cultura branca, por serem mais genéricos, permeiam a totalidade da vida social, daí sua relevância para todos; enquanto os aspectos da cultura negra, por serem específicos, representam escolhas assumidas ao longo da vida. Sendo assim, assumir a cultura negra seria uma opção.

No entanto, tornar visíveis pessoas historicamente silenciadas, marginalizadas e apartadas dos aspectos que centralizam a vida no Brasil, implicou em busca por mudanças e por novos caminhos, a afim de se consolidar a identidade negra. A partir do período republicano, a jornada para a construção identitária, embora árdua e desafiadora, inspirou transformações e possibilidades, com ações que ganharam espaço e evidência na luta a favor da população negra.

O MOVIMENTO NEGRO

No contexto da história do Brasil e de como os africanos foram vistos e tratados, todas as privações vividas limitaram-lhes o acesso ao trabalho, educação, saúde, moradia, empregos, enfim, ao exercício pleno da cidadania. Porém, diversas organizações se constituíram desde o período



republicano, baseadas na identidade racial e na luta por direitos, melhores condições de vida e de inserção social.

Segundo Gohn (2010), movimentos sociais são considerados “elementos e fontes de inovações e mudanças sociais”. Tais movimentos geram, através de suas práticas cotidianas, saberes que podem ser apropriados e transformados em força produtiva. As lutas denotam aspectos diversos dos grupos sociais, tais como interesses, identidades e projetos. Suas temáticas se referem tanto a demandas materiais quanto a direitos socioculturais:

As temáticas abrangem demandas materiais – terra, água, habitação, infraestrutura urbana, como direitos socioculturais – dos afrodescendentes, das mulheres, dos povos indígenas, dos indivíduos com deficiências variadas, para os direitos de serviços coletivos no campo da saúde, da educação, do transporte, do lazer e outros (GOHN, 2010, p. 12).

O movimento negro, inicialmente, expressou ações de luta e protesto através de organizações diversas.

Já na primeira fase do movimento negro na era republicana (1889-1937), emergiram organizações de perfis distintos: clubes, grêmios literários, centros cívicos, associações beneficentes, grupos “dramáticos”, jornais e entidades políticas, as quais desenvolviam atividades de caráter social, educacional, cultural e desportiva, por meio do jornalismo, teatro, música, dança e lazer ou mesmo empreendendo ações de assistência e beneficência (PETRÔNIO, 2007, p. 121).

Nessa primeira fase, várias associações foram criadas em todo o Brasil, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Inúmeras publicações e jornais defenderam as questões dos negros e explicitaram situações de segregação racial; além disso, as mulheres negras tiveram representatividade, conforme relata Petrônio (2007):

Naquela época, as mulheres negras não tinham apenas importância simbólica no movimento negro. Segundo depoimento do antigo ativista Francisco Lucrécio, elas “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento¹⁰. Independentemente do exagero de Lucrécio, cumpre assinalar que as mulheres assumiam diversas funções na FNB. A Cruzada Feminina, por exemplo, mobilizava as negras para realizar trabalhos assistencialistas. Já uma outra comissão feminina, as Rosas Negras, organizava bailes e festivais artísticos (PETRÔNIO, 2007, p. 106).

A partir de 1945, o Movimento Negro atua com maior intensidade e força, no âmbito político, educacional e cultural (PETRÔNIO, 2007). Instituições como a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro (TEN) enfatizam a luta por direitos civis. O TEN, fundado no Rio de Janeiro em 1944, inicialmente, pretendia ser um grupo exclusivamente com atores negros, mas ampliou seu campo de atuação com a publicação de jornais, realização de cursos de formação para a comunidade negra, entre outras ações. Desse modo, o TEN defendia “os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos”, e “propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país” (PETRÔNIO, 2007, p. 109).

Conforme Gohn (2010), os movimentos sociais representam ações de luta pela conquista de direitos ou bens, considerados por determinadas categorias e classes sociais como necessários. Os Movimentos sociais representam, também, a luta contra injustiças sociais, discriminações ou atentados contra a dignidade humana. A história dos movimentos sociais brasileiros, entre as décadas de 1970/1980, ainda segundo a autora, ocorreram de maneira isolada e aparecem nos registros e estudos históricos do período como acontecimentos marginais, contra a ordem social vigente.

Passou-se a falar, a partir de finais da década de 1970 e durante a década de 1980 nos Novos Movimentos Sociais (NMSs), que, para além dos movimentos operários e das lutas políticas (sem excluí-las), privilegiaram “a emergência de novos sujeitos sociais e de novas práticas de mobilização social” (SANTOS, 2005, p. 256). Tratava-se, na verdade, de movimentos sociais populares urbanos que se vincularam a instituições civis já estabelecidas, como a Igreja Católica, por exemplo. Os novos atores sociais passaram a atuar em diferentes espaços públicos, como a mídia e demais meios de co-



municação. Sua prática se definiu pela ação coletiva e individual quanto à forma de lidar com temas atuais, como a preservação do meio ambiente, antimilitarismo, cidadania, direitos humanos etc.

Os NMSs distinguem-se dos modelos clássicos também por apresentar caráter autônomo perante o Estado e os partidos políticos, e por formarem outros grupos organizados através de movimentos sociais, como o movimento negro, de mulheres, ecológicos e dos índios. “O novo nos movimentos ecológicos, das mulheres, etc. referia-se a outra ordem de demanda, relativa aos direitos sociais modernos, que apelavam para a igualdade e a liberdade, em termos das relações de raça, gênero e sexo.” (GOHN, 1997, p. 283).

Deste modo, a partir da década de 1970, o Movimento Negro se aproxima dos partidos e dos sindicatos, mas de forma autônoma, procurando estabelecer compromissos e vínculos políticos e ideológicos calcados no antirracismo. Criaram-se diversas entidades negras, sendo a maior delas o Movimento Negro Unificado (MNU). Nesse período, instituições como o MNU apoiavam movimentos sociais, ajudando a construir um campo democrático no país e fortalecer a representatividade de organizações populares. Muitas destas organizações trabalhavam no âmbito da “conscientização dos grupos organizados” (GOHN, 2010, p. 13).

Ao examinar o discurso das lideranças negras em uma perspectiva histórica, percebe-se uma pluralidade de incursões político-ideológicas, desde a defesa de teses autoritárias até a apologia de proposições socialistas. Se, nas duas primeiras fases, o movimento negro organizado tem majoritariamente posições políticas de “direita”, na terceira fase ele se alinha à “esquerda” marxista e preconiza um programa em prol da justiça racial que sensibiliza cada vez mais a sociedade brasileira (PETRÔNIO, 2007, p. 121).

O MNU, que surge com bases marxistas, foi a escola que formou política e ideologicamente várias lideranças dessa nova fase do Movimento Negro. Seu nascimento representou um marco, pois, desenvolveu as propostas de unificar a luta de diversos grupos e organizações antirracistas em todo o Brasil. Tinha como objetivo o fortalecimento do poder político do Movimento Negro.

Mas estes foram tempos difíceis, dada a repressão política. O golpe militar recrudesciu as perseguições ao Movimento Negro e desarticulou as ações de enfrentamento ao preconceito. Conforme Cunha Jr., “tínhamos três tipos de problemas, o isolamento político, ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados. Posso dizer que em 1970 era difícil reunir mais que meia dúzia de militantes do movimento negro” (1992, p. 65).

Depois da década de 1970, crescem os movimentos revisionistas. O terminologia *negro* começou a perder sua conotação pejorativa para expressar orgulho. O termo “homem de cor”, por sua vez, foi, aos poucos, posto de lado. O Movimento intervém de forma crítica nos livros didáticos e textos preconceituosos e as religiões de matrizes africanas e temas polêmicos, como branqueamento e mestiçagem, são amplamente debatidos.

... o contexto das ações afirmativas, a discussão sobre quem é negro e quem é branco no Brasil ressurge, não somente no interior da militância negra, mas nos órgãos do governo, no debate público, na mídia, nas escolas de educação básica e nas universidades. Em muitas situações, são os ativistas negros (alguns já inseridos na Universidade e outros não) os chamados a falar, a explicar e a expressar todo o saber que acumularam na militância sobre a construção da identidade negra e sobre as tensas relações entre negros e brancos no Brasil. São também os intelectuais e os ativistas negros que são convidados a escrever livros didáticos, a publicar suas pesquisas, a escrever artigos sobre a questão racial nas mais diversas áreas, e a questão da identidade é colocada em pauta, com todas as contradições e os conflitos que ela acarreta (GOMES, 2011, p. 149).

Se, por um lado, as periferias brasileiras crescem, juntamente com o número de afrodescendentes e todas as questões de exclusão e preconceito, por outro, cresce também o empoderamento, as ações e atitudes “que se expressam em produções artísticas afirmativas da ancestralidade africana” (CLEMENTE; SILVA, 2014, p. 102).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



As transformações históricas do Movimento Negro foram intensas, marcadas por contradições, avanços, recuos e estagnações. Pode-se dizer que a luta por ações afirmativas¹¹ tem se configurado como demanda do Movimento Negro brasileiro e, hoje, ocupa espaços de destaque na mídia, na política e nas universidades.

O segmento juvenil tem representado grande força de atuação em regiões periféricas, onde procura expressar sua ancestralidade africana. Segundo Clemente e Silva (2014), esse é um fenômeno novo, a partir do qual os jovens discorrem sobre a cultura afrodescendente e seus valores próprios, como, por exemplo, no movimento *hip-hop*, que teve, no final dos anos 1990, a coragem de abordar o racismo brasileiro.

Clemente e Silva (p. 102), assente em pesquisa realizada em São Paulo e Uberlândia, afirmam que “a questão mais dramática a ser enfrentada pelos jovens na periferia tem sido a violência, fenômeno que possui implicações raciais”. Segundo os autores citados, é possível perceber, através da grande imprensa, novas formas de racismo e violência. Tal exposição nas mídias de comunicação representa um fenômeno novo, a exemplo disso, relata a matéria do jornal Folha de São Paulo, veiculada em 30/03/2010, que aborda o número de assassinatos no Brasil em 2007 e o fato da maioria das vítimas serem negros (CLEMENTE, SILVA, 2014, p. 102).

Por outro lado, todo esse longo processo de construção da identidade negra, diga-se de passagem, ainda em curso, resultou em políticas públicas como a Lei 11.645/08¹² que inclui no currículo oficial da rede de ensino brasileira a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Ações de diversas instituições, governamentais e não governamentais, tais como, Fundação Palmares¹³ e o *AfroReaggue*¹⁴, que atuaram e atuam no sentido de combater o racismo, o preconceito e a violência com base na discriminação racial; além de promover a educação e o respeito à diversidade, assegurando espaços de expressão da diversidade fincadas nos direitos iguais e no direito à diferença.

Notas

- 1 O uso do termo “raça” foi grafado entre aspas justamente para reforçar os cuidados e perigos que acarretam na sua utilização. Aqui o utilizamos para fazer jus à bibliografia e ao contexto da literatura citada que analisa o lugar do negro na história e que, por diferentes razões, menciona esta terminologia. Contudo, temos ciência de que se trata de um conceito carregado de ideologias, em geral ficadas na concepção de eugenia; que não sustenta uma discussão atual e consciente sobre o povo negro e todas as suas especificidades étnico-culturais; e que é historicamente pejorativo e passível de desconstrução para pensar qualquer abordagem ficada nas questões étnicas, identitárias e culturais.
- 2 Viajante, antropólogo e médico francês.
- 3 O sueco Carlos Lineu foi botânico, zoólogo e médico, criador da nomenclatura binomial e da classificação científica, sendo considerado o criador da taxonomia moderna.
- 4 Nomeação das espécies e também das classes.
- 5 De acordo com a classificação de Carlos Lineu: *Homo sapiens europaeus*: Branco, sério, forte, engenhoso, inventivo, governado pelas leis; *Homo sapiens asiaticus*: Amarelo, melancólico, ávaro, governado pela opinião e pelos preconceitos; *Homo sapiens afer*: Negro, impassível, preguiçoso, governado pela vontade de seus chefes; *Homo sapiens americanus*: Vermelho, mal-humorado, violento, amante da liberdade, governado pelo hábito.
- 6 Diplomata, escritor e filósofo francês.
- 7 “Eugenia é o estudo dos meios de melhorar o patrimônio genético das populações, ou de impedir que ele se deteriore. As medidas eugênicas tendem a elevar as frequências de genes ou conjuntos gênicos benéficos, ou impedir que elas caiam (eugenia positiva), e tendem a reduzir as frequências dos genes ou conjuntos gênicos nocivos, ou a evitar que elas aumentem (eugenia negativa)” (FROTAPESSOA, 1996, p. 37).
- 8 Parte da antropologia que trata da mensuração do corpo humano ou de suas partes.
- 9 SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro*: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- 10 Francisco Lucrécio *apud* Márcio Barbosa (entrevistas e textos). In: Frente Negra Brasileira: depoimentos, São Paulo, *Quilombohoje*, 1998, p. 39. R. P. Pinto, O movimento negro em São Paulo..., *op. cit.*, p. 37-38.
- 11 Segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA), núcleo de pesquisa com



inscrição no CNPq e sede no IESP-UERJ, criado em 2008, Ações Afirmativas são “políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural”. (Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

- 12 A lei 11.645/08 encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>.
- 13 A Fundação Palmares, entre outras coisas, é responsável por identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. Mais informações podem ser obtidas no site desta instituição: <http://www.palmares.gov.br/>.
- 14 Organização com sede no Rio de Janeiro, bairro da Lapa, que luta pela transformação social, através da cultura e da arte, buscando despertar potencialidades artísticas que elevem a autoestima de jovens nas periferias (Disponível em: <<https://www.afroreggae.org/>>).

Referências

AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Coleção: O Brasil visto por estrangeiros. Senado Federal: Brasília, 2000.

BORDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 136,161.

CLEMENTE, Claudelir Correa; SILVA, José Carlos Gomes da. Dos Quilombos à Periferia: reflexões sobre territorialidades e sociabilidades negras urbanas na contemporaneidade. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v. 4, n. 1, jan.-jul., 2014.

CUNHA JR, Henrique. *Textos Para o Movimento Negro*. São Paulo, Edicon, 1992.

FIGUEIREDO, Ângela. *Novas Elites de Cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: Annablume, 2002.

FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (51a ed.). São Paulo: Global, 2006.

GIAROLA, Flávio Raimundo. Racismo e Teorias Raciais no Século XIX: principais noções e balanço historiográfico. *História e-história*, Campinas, agosto de 2010. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=313#_ftn1>. Acesso em: 12 maio 2016.

GIOPPO, Christiane. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação. *Educ. rev. S/V*, n.12, jan./dez., 1996.

GOHN, Glória. Ações Coletivas Civas na Atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 46, n. 01, p. 10-17, jan./abr., 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NAXARA, M. R. C. *Estrangeiro em Sua Própria Terra: representações do trabalhador nacional 1870/1920*. São Paulo: UNICAMP, 1991.

OLIVEIRA, Idalina M. A. *A Ideologia do Branqueamento na Sociedade Brasileira*. Paraná: SEED/ Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2008. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-6.pdf>. Acesso em: 7 junho 2017.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *O Sistema Classificatório de “Cor ou Raça” do IBGE*. Brasília: IPEA, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes*.



Política & Sociedade, v. 10, n. 18, abr./jun., 2011.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações Raciais no Brasil e a Construção da Identidade da Pessoa Negra. *Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP*, v. 9, n. 2, jul./dez., 2014.

SANTOS, G. *Relações Raciais e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SABÓIA, Evandro Finardi. *Identidade e Cultura: reflexões sobre auto identificação racial no Brasil*. Programa FESPSP - PIBIC/CNPq, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

PETRÔNIO, Domingues. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23, jan./abr., 2007.

TELLES, Edward Eric. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

